

ISENÇÃO DO IR SOBRE PLR É UMA VITÓRIA DOS TRABALHADORES

Medida Provisória isenta quem recebe até R\$ 6 mil

Veja o histórico da luta na página 3

**ITAÚ E SANTANDER SE
NEGAM A NEGOCIAR
EMPREGO E ROTATIVIDADE
EM AUDIÊNCIA REALIZADA NO
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

Detalhes na página 2

*Alimentos e brinquedos
arrecadados na
Campanha Natal
Solidário são distribuídos
à entidades beneficentes*

Página 4

BANCO DO BRASIL

Banco tem que apresentar cargos de seis horas até o dia 31

BB não quer negociar e diz que vai implementar comissões de forma unilateral

O Banco do Brasil tem até o dia 31 de janeiro para apresentar as funções comissionadas com jornada de 6 horas. Essa determinação é resultado do acordo firmado com o banco, em decorrência da campanha salarial, que estabelece a criação de funções de 6h e a implantação de Comissões de Conciliação Voluntária (CCVs), para que os bancários possam analisar propostas de acordo individual sobre direitos de 7ª e 8ª horas, assim que os cargos comissionados forem especificados. "Trata-se de importante avanço já que, pela primeira vez, o banco reconhecerá que a remuneração da função não se confunde com a extensão da jornada de trabalho", explica Otoni, diretor do Sindicato e funcionário do Banco do Brasil.

Desde a década de 30 a jornada de trabalho dos bancários é de seis horas, mas é comum os bancos criarem funções comissionadas com horário de trabalho de oito horas, - aproveitando uma brecha no parágrafo 2 do art. 224 CLT - com o objetivo de burlar a lei.

A direção do Banco do Brasil reiteradamente tem anunciado que não negocia com os sindicatos sobre a jornada referente as funções já que se trata de "assunto de gestão" e, portanto, responsabilidade exclusiva da direção do banco. "O banco garante que irá implementar as comissões de forma unilateral, lamentamos essa postura e insistiremos no caminho da negociação, a experiencia mostra que não ouvir os trabalhadores custa muito caro a empresa, inclusive o passivo trabalhista do banco não seria o desastre que é se a direção da empresa se abrisse a ouvir o alerta dos trabalhadores, verdadeiros interessados num Banco do Brasil

forte e sustentável", disse Otoni. "Há exemplo de empresas públicas que negociaram com os trabalhadores os seus planos de funções e de carreira com resultado positivo para as empresas e o governo, o principal acionista, segundo informou o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) em audiência com a direção do banco e sindicato". completa Otoni.

EMPREGO

Audiência sobre emprego é realizada no Ministério do Trabalho

Itaú e Santander se negam a negociar rotatividade

No dia 16 passado o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou, em Brasília, uma audiência de mediação entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e os bancos Itaú e Santander. No entanto, o resultado da reunião foi frustrante, pois os dois bancos se negaram a negociar emprego, apesar de milhares de demissões imotivadas e da prática de rotatividade nos últimos anos.

Segundo Manoel Messias, secretário do Trabalho do MTE o ministro Carlos Daudt Brizola está preocupado com o mercado de trabalho e propôs a formação de uma mesa de negociação do setor bancário, a exemplo de outros setores da economia, mas os bancos não aceitaram, assim como também, se recusaram a garantir acesso das informações mensais do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) aos bancários.

"Pelo resultado da reunião e da negação do Santander e Itaú em negociar emprego, podemos perceber que as demissões e alta rotatividade nos bancos continuará neste ano", disse Eric Nilson, presidente do Sindicato e funcionário do Santander.

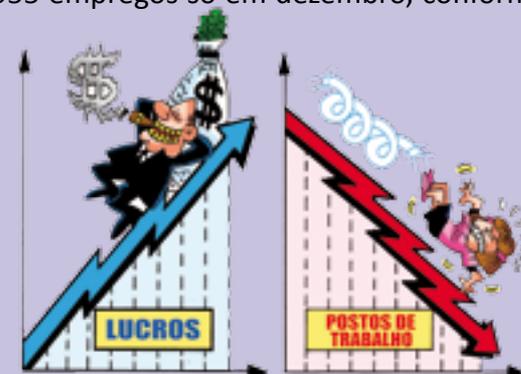
Além de representantes do Itaú e Santander, participou da audiência o negociador da Fenaban, Magnus Apostólico, que na Campanha Nacional dos Bancários de 2012 disse que o tema emprego devia ser discutido banco e banco.

Conforme dados dos balanços, o Itaú cortou 7.831 empregos entre janeiro e setembro do ano passado. Somente no terceiro trimestre de 2012, o banco reduziu 2.090 postos de trabalho. Desde abril de 2011, houve o fechamento de 13.595 vagas, segundo análise do Dieese.

Já o Santander cortou 955 empregos só em dezembro, conforme dados fornecidos pelo banco para a Contraf-CUT, após determinação da procuradora do Ministério Público do Trabalho, Ana Cristina Tostes Ribeiro.

Durante a reunião a Contraf-CUT cobrou ainda informações sobre os dados de emprego e o índice de rotatividade, mas os bancos nada informaram.

"Diante da recusa ao diálogo do Itaú e do Santander sobre emprego, vamos chamar os sindicatos e as federações de todo país para discutir um processo de mobilização, onde não está descartada uma greve nacional para forçar os bancos a negociar compromissos de emprego, fim da rotatividade, mais contratações, reversão das terceirizações e melhores condições de trabalho", disse o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro.



FINANÇAS

Proposta orçamentária para 2013

O Sindicato realizou no dia 13 de dezembro, uma assembleia onde foi apresentada a proposta orçamentária para 2013. Após a apresentação feita pelo secretário de Finanças, Belmiro Moreira, a proposta foi aprovada por unanimidade. Veja abaixo o resumo da projeção orçamentária 2013.

SIND. DOS TRAB. EM EMPR. DO RAMO FIN. DO GRANDE ABC	
RESUMO PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2013	
DESpesas	
DESpesas COM CUSTEIO	
DESpesas COM PESSOAL	1.092.000,00
HONOR / SERV / MAN / MAT	260.000,00
DESpesas ADMIN / FIN / TRIB	346.000,00
SEDE SOCIAL / CENTRO FORM.	154.000,00
SUB-TOTAL - CUSTEIO	1.852.000,00
DESpesas COM INVESTIMENTOS	
SECRETARIAS	491.000,00
CAMP / CONTR / CONGR / PUBL	983.000,00
EVENTOS / ESPOR / SOCIAL	170.000,00
DEPRECIACAO PATRIMONIAL	202.000,00
SUB-TOTAL - INVESTIMENTOS	1.846.000,00
SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO	467.000,00
DESpesas TOTAIS	4.165.000,00
RECEITAS	
RECEITAS SOCIAIS	3.430.000,00
RECEITAS JURIDICO	390.000,00
RECEITAS SEDE SOCIAL	100.000,00
RECEITAS DE APLICACOES FINANC.	220.000,00
RECEITAS DE ESPORTES	8.000,00
RECEITAS DIVERSAS	17.000,00
RECEITAS TOTAIS	4.165.000,00

IR NA PLR

Isenção de imposto de renda na PLR já vale em 2013

Pouco mais de um ano após iniciadas manifestações dos sindicatos, medida provisória publicada no Diário Oficial da União isenta quem recebe até R\$ 6 mil. Acima deste valor, cobrança têm tabela progressiva.

A PLR recebida por milhões de trabalhadores não terá mais desconto de imposto de renda. Até o valor de R\$ 6 mil a isenção é total. Acima desse montante, uma tabela progressiva será aplicada. "Com persistência e luta dos trabalhadores organizados, colhemos o fruto da isenção do IR para uma grande parte da categoria e pagamento menor para as outras faixas", disse Eric Nilson, presidente do Sindicato. Veja o histórico dessa mobilização no final desta matéria.

O fato é que a luta empreendida pelos sindicatos dos bancários, metalúrgicos, químicos, petroleiros e urbanitários, desde o final de 2011, finalmente resultou em justiça tributária. Ao contrário dos acionistas, que não pagam IR sobre dividendos, os trabalhadores eram tributados na fonte quando recebiam a PLR. Agora, o que foi pago de IR – tanto na primeira parcela da PLR, recebida em outubro de 2012, após assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), quanto sobre a segunda parcela que virá até março próximo – será restituído na declaração feita em 2013.

A Medida Provisória nº 597, assinada pela presidenta Dilma Rousseff, está publicada no Diário Oficial da União com data de 26 de dezembro de 2012 e em vigor desde 1º de janeiro.

Valores – Tudo que é recebido de PLR, inclusive a PLR adicional, até o valor de R\$ 6 mil estará totalmente isento do pagamento de IR. Em 2012, o desconto de IR para esse montante foi de R\$ 893,47.

Nos ganhos até R\$ 10 mil, o desconto do imposto cai de R\$ 1.993,47 para R\$ 375. Para quem recebe até R\$ 15 mil, o IR cai de R\$ 3.368,47 para R\$ 1.338,75. E para a PLR de R\$ 20 mil, o desconto que era de R\$ 4.743,47, vai para R\$ 2.704,37.



Sindicalistas entregam abaixo assinado em Brasília e trabalhadores em passeata na Anchieta



que o movimento exibiu a força do trabalhador e sua insatisfação nos tributos que mínguam o salário. "Os aumentos reais conquistados nos salários são praticamente devorados pelo IR e a arma do trabalhador é esta, a manifestação", disse Eric.

No início de dezembro de 2011 dirigentes sindicais, entre eles Eric Nilson, levaram abaixo-assinado com mais de 200 mil assinaturas à Brasília (foto acima) pedindo agilidade na aprovação dos projetos dos deputados Ricardo Berzoini e Vicentinho (ambos do PT-SP) para o fim da cobrança do Imposto de Renda (IR) na Participação de Lucros e Resultados (PLR).

No dia 22 de março de 2012 o Sindicato realizou manifestação na rua Marechal Deodoro, em São Bernardo do Campo, em apoio à isenção do Imposto de Renda (IR) na Participação dos Lucros e Resultados (PLR).

Os diretores percorreram a rua Marechal Deodoro, que concentra o maior número de agências bancárias da cidade, para alertar o trabalhador sobre a importância da sua participação no processo de votação na Câmara Federal da Medida provisória (MP) 556/2011, que entraria em pauta em 25 de março.

Nas comemorações do dia Primeiro de Maio de 2012 o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, anunciou que o governo aceitou discutir com as centrais sindicais a concessão de isenção de parte do Imposto de Renda sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). De acordo com Carvalho, a presidente Dilma Rousseff estaria convencida de que a medida poderia ajudar a aquecer a economia interna. "Sabemos que este dinheiro, no bolso do trabalhador, é uma injeção na veia do mercado", afirmou.

Na ocasião, o ministro disse que a aprovação dos projetos parados no Legislativo provocaria uma perda de R\$ 12 bilhões na arrecadação anual da Receita Federal, mas, para a CUT, trata-se de um valor muito mais baixo, já que a isenção de imposto sobre a PLR teria um teto estabelecido de acordo com o valor do salário.

No dia 23 de maio, em reunião com centrais sindicais, ministros prometeram proposta para PLR sem IR. A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e o ministro da Secretaria-Geral, Gilberto Carvalho, reafirmaram o compromisso do governo com a isenção de parte do Imposto de Renda (IR) na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos trabalhadores.

O encontro com representantes das centrais sindicais aconteceu em Brasília, e contou com a participação do então secretário de finanças da CUT, Vagner Freitas. De acordo com Gilberto Carvalho, o governo se

comprometeria a chamar as centrais para negociar, depois que a presidenta Dilma Rousseff analisasse a proposta feita pelos técnicos do Ministério da Fazenda. "Tem de botar dinheiro no bolso das pessoas e a presidenta tem consciência disso", disse Gilberto.

Em nova reunião de negociação com as centrais sindicais, realizada em 30 de maio de 2012 o governo propôs a isenção na PLR de até R\$ 5 mil estabelecendo uma alíquota de 7,5% para valores pagos entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil; 15% para pagamentos entre R\$ 7 mil e R\$ 8 mil; 22,5% para montante entre R\$ 8 mil e R\$ 10 mil e 27,5% para créditos acima de R\$ 10 mil. A medida valeria a partir de 2013, pois conforme o governo, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que qualquer alteração no orçamento requer compensação. A isenção proposta corresponde, segundo o governo, cerca de R\$ 1,4 bilhão.

"A proposta do governo, tão esperada pelos trabalhadores, não atinge grande parte dos bancários, então temos que avançar em nossa contraproposta para beneficiar toda a classe trabalhadora", afirmou a então presidenta do Sindicato, Maria Rita Serrano.

A contraproposta apresentada pelas centrais sindicais queria a isenção do IR na PLR de até R\$ 10 mil e, a partir desse valor, aplicar as alíquotas de 7,5% para pagamentos entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil; 15% entre R\$ 15 mil e R\$ 20.250; 22,5% acima de R\$ 20.250.

No dia 21 de dezembro, um ofício assinado pelos presidentes de CUT, Força Sindical, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central e União Geral dos Trabalhadores (UGT) foi enviado à Secretaria-Geral da Presidência da República, informando que as centrais aceitaram a proposta do governo, apresentada durante o encontro de Natal da presidenta Dilma com catadores de materiais recicláveis e a população em situação de rua, na quadra dos bancários de São Paulo.

No dia 24 de dezembro, após mais de um ano de mobilização dos bancários, metalúrgicos, químicos, petroleiros e eletricitários e de negociação entre as principais centrais sindicais e o governo federal, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, a pedido da presidenta Dilma Rousseff, anunciou a isenção de Imposto de Renda (IR) na Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para trabalhadores que recebem valores até R\$ 6 mil.

A medida provisória com a mudança da incidência do IR sobre a PLR foi publicada na edição de 26 de dezembro do Diário Oficial da União. Como a medida foi anunciada no fim de ano, ela já passou a vigorar a partir de janeiro de 2013 para todas as categorias.

Tabela Imposto de Renda na PLR (R\$)		
PLR	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 6.000,00	-	-
De 6.000,01 até 9.000,00	7,5%	450,00
De 9.000,01 até 12.150,00	15%	1.125,00
De 12.150,01 até 15.187,50	22,5%	2.036,25
Acima de 15.187,50	27,5%	2.795,63

Como calcular – A tabela progressiva de desconto do imposto de renda prevê isenção total para PLRs de até R\$ 6 mil. Acima desse valor, alíquotas progressivas definem a cobrança.

Para calcular o imposto devido, aplica-se a alíquota correspondente à faixa que representa o valor da PLR recebida e subtrai-se o valor da parcela a deduzir do imposto. Por exemplo, se sua PLR for de R\$ 10 mil, aplica-se a alíquota de 15% e obtém-se um resultado de R\$ 1.500. Desse valor de R\$ 1.500, subtraia R\$ 1.125 (que corresponde à parcela a deduzir para essa faixa da PLR), e finalmente, você conseguirá o valor do imposto a ser pago, que nesse caso será de R\$ 375.

HISTÓRICO:

No dia 30 de novembro de 2011 cerca de 10 mil trabalhadores entre bancários, químicos e metalúrgicos ocuparam a Via Anchieta (veja foto acima), em manifestação pedindo o fim da cobrança do Imposto de Renda (IR) na Participação de Lucros e Resultados (PLR).

O então secretário geral e hoje presidente do Sindicato, Eric Nilson, participou da manifestação e afirmou

SOLIDARIEDADE

Campanha Natal Solidário foi um sucesso

Alimentos e brinquedos arrecadados são distribuídos à entidades beneficentes

A Campanha Natal Solidário organizado pelo Sindicato no final do ano passado foi um sucesso. Os bancários da Região do ABC se uniram em torno desta campanha e doaram alimentos, brinquedos, produtos de limpeza entre outras coisas. "Várias agências se organizaram e fizeram doações coletivas, enquanto que vários outros bancários fizeram doações individuais e, com isso, a arrecadação foi muito boa e pudemos ajudar duas entidades beneficentes", disse Gilberto Soares, secretário Geral do Sindicato. O Sindicato também contribui comprando cestas básicas para doar para a Campanha.

As entidades que receberam as doações foram indicadas pelos próprios bancários. "Foram várias entidades indicadas pelos bancários e, analisando cada uma delas, nós escolhemos duas para fazer as doações", explica Gilberto. As entidades que receberam as doações foram: ACER - Associação de Apoio à Criança com Risco, de Diadema e a Casa da Criança Auta de Souza, de Mauá.



Doações feitas pelos bancários



Voluntários da ACER retiram doações



Diretores do Sindicato na entrega das doações para Casa Auta de Souza

CENTRO DE FORMAÇÃO DOS BANCÁRIOS

Próximo curso:
Início dia 28 de janeiro

FORMAÇÃO GERENCIAL

Especialmente elaborado pelos profissionais que ministram cursos no Centro de Formação dos Bancários do ABC e conhecem as necessidades dos profissionais bancários, tem como finalidade a preparação para profissionais da área bancária com objetivos de atuação no setor comercial e operacional bancário, reúne temas fundamentais que formam a base de dados e conhecimentos para atuação neste segmento, apresentado por vários facilitadores cada um em sua especialidade de atuação, onde, de forma simplificada e objetiva, apresentam o temário com foco na preparação e formação profissional. Temas: Certificações ANBIMA, Fundos de Investimentos, Oratória, Matemática Financeira, Estratégias de Negociações e Vendas e Produtos Bancários.

Mais informações pelo Cel. 98244-2058
(Elaine Meirelles - Secretária de Formação Sindical)

Para fazer a sua inscrição e reservar sua vaga, entre em contato com o Centro de Formação pelos telefones:
4436-4371 / 4436-6312 ou
e-mail: formacao@bancariosabc.org.br

**Fique sócio!
Você só tem a ganhar**

